

FMI prefere cortes, não impostos

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, revelou ontem que o Fundo Monetário Internacional (FMI) prefere a implantação de uma política fiscal rígida via corte de despesas, o que dispensaria a necessidade de aumentar impostos. Dornelles reiterou que aumento da carga tributária só deve ocorrer em último caso, e negou divergências com o FMI em torno da metodologia do déficit público.

Técnicos do Brasil e do FMI discutiram, ontem de manhã, no Ministério da Fazenda, o déficit de Cr\$ 4,2 trilhões do sistema da Previdência Social. Embora não tenha chegado a nenhuma decisão, concordaram que uma das alternativas de financiamento desse déficit poderá ser a antecipação do prazo para o pagamento, pelas empresas, das taxas e contribuições ao sistema.

Foi explicado ao FMI que o déficit da Previdência foi reduzido dos Cr\$ 9 trilhões originalmente previstos no começo da Nova República, porque houve subestimativa de receita e superestimativa de despesa. Um eficiente sistema de fiscalização também está apresentando resultados positivos. "Até o governo passado, era uma vergonha, pagava a Previdência quem queria", disse um técnico.

Está descartada, a princípio, a decisão sugerida na sétima carta de intenções, para uma urgente ação legislativa abrangente com vistas à reorganização tanto das receitas como das despesas, de modo a assegurar uma sólida posição financeira no longo prazo. Isso significaria corte na assistência médica, ou aumento das taxas de contribuição.

SEM DIVERGÊNCIAS

O secretário-geral adjunto do Ministério da Fazenda, Carlos von Doellinger, foi outro a garantir, ontem, que não existe nenhuma divergência entre o Brasil e o FMI em torno do conceito de déficit público. Esclareceu que o Brasil está tentando convencer a missão de que o conceito de déficit de caixa é o mais adequado para permitir um bom gerenciamento das finanças públicas. Por sua vez, o conceito do FMI é mais amplo.

A diferença básica, conforme Doellinger, é que o Brasil não inclui no seu conceito a dívida contraída pelo setor público junto ao sistema financeiro nacional e aos bancos oficiais.

Finalmente, Doellinger informou que a economista Ana Maria Jull, do FMI, encontrou um déficit de Cr\$ 65 trilhões baseando-se nos cálculos do Brasil que apontaram o déficit em Cr\$ 53 trilhões. Como o déficit de caixa pu-

lou para Cr\$ 84,9 trilhões, é de supor que o déficit pelo conceito do FMI supere os Cr\$ 100 trilhões.

REUNIÃO

O ministro Francisco Dornelles disse ontem, durante almoço com os jornalistas credenciados no Ministério da Fazenda, que está encarando com muita expectativa a reunião que o presidente José Sarney promoverá amanhã, na Granja do Torto, para avaliar a ação do governo no campo econômico. O encontro, mais uma inovação da Nova República, reunirá, de maneira informal, seis ministros, um ex-ministro e cinco economistas de expressão nacional, que analisarão o desempenho do governo em várias áreas da economia.

Dornelles afirmou que está otimista com os resultados que poderão surgir da reunião e negou que o encontro tenha sido convocado por Sarney com o objetivo de delinear melhor a política econômica do governo. O ministro afastou esta possibilidade, inclusive quando lhe perguntaram sobre as críticas feitas pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, de que a política econômica ainda precisa ser definida. "Isto é uma distorção. O governo está agindo com uma linha definida, que já foi reiterada várias vezes", afirmou Dornelles, passando rapidamente para outro assunto.